



REBENA
Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 9, 2024, p. 240 - 249

<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

Escola Republicana em Rousseau: novas concepções sobre os processos educativos

Republic school in Rousseau: new conceptions on educational processes

André Gustavo Mendes da Silva Lôbo Freire¹

Submetido: 16/07/2024 Aprovado: 16/08/2024 Publicação: 20/08/2024

RESUMO

Este trabalho tem dentro de sua estrutura, a clássica filosofia política do suíço Jean-Jacques Rousseau, com os conceitos formativos do Estado Nacional, através da escola como este espaço republicano. Rousseau a coloca como uma das grandes instituições da República, sendo ela ainda maior do que a própria sociedade, uma vez que, para as estruturas pedagógicas e de nação a que se pensava, a sociedade só poderia se afirmar através da escola. Todas essas ideias poderão ser encontradas, sobretudo, a partir do que alguns pesquisadores se debruçaram nesta temática. Assim, este esboço pretende mostrar os impactos sociais que um determinado modelo de escola pode vir a contribuir para uma república.

Palavras-chave: Rousseau. Escola republicana. Sociedade. Educação.

ABSTRACT

The structure of this work is based on the classic political philosophy of the Swiss Jean-Jacques Rousseau, with the formative concepts of the nation state, through the school as this republican space. Rousseau places it as one of the great institutions of the Republic, even greater than society itself, since, for the pedagogical and national structures that he thought of, society could only assert itself through the school. All these ideas can be found, above all, in the work of some researchers on this subject. Thus, this outline aims to show the social impacts that a particular school model can contribute to a republic.

Keywords: Rousseau. Republican school. Society. Education.

¹ Professor Efetivo da Prefeitura Municipal de Rio Largo, Alagoas, Brasil. andre.palmares@hotmail.com

1. Introdução

Diante do conceito sobre a sociedade, e tudo o que ela abrange de mais necessário para a ordem social, a escola tomou ao longo da história um papel de destaque, quer seja por uma política de Estado, que visa ter um quadro a longo prazo da educação de um povo e suas culturas, quer seja por um canal de difusão de ideias distorcidas para a formação de políticas que restringem a participação popular. Desta feita, ela pode ser concebida como um canal de libertação, de sair de um estado ingênuo em sua posição social, a mera instituição reprodutora de um Estado excludente e violento. Assim, a escola que desejamos, reflete diretamente no povo que somos.

O filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau (séc. XVIII), inaugura um pensamento moderno sobre os processos educativos, e de como devem se comportar, visto o clima republicano que se instalara na Europa, e no mundo em geral. A coisa pública (significado etimológico da palavra república, em latim) é a nova concepção de uma escola com inovações modernas e revolucionárias: laica, que agregue valores da sociedade, em sua pluralidade social, econômica, política, cultural e até mesmo racial.

Trazer para as discussões pedagógicas as teorias de Rousseau, a partir da obra *Do Emílio* (que trata sobre os aspectos morais, éticos e republicanos da educação), é fazer memória do Iluminismo como a corrente de pensamento que propiciou um modelo diferenciador do pensamento contemporâneo. A escola, a partir deste período, passa a ser protagonista do sentimento de uma nação, visto que ela reproduz saberes e formas de conceber o mundo em outros olhares e formas.

2. A República em Rousseau

É comum que muitos venham a considerar o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau como um dos mais proeminentes teóricos políticos da história, sobretudo da Era Moderna. Todavia, suas concepções pedagógicas não devem ser desconsideradas, uma vez que o referido intelectual aborda questões de defesa e fortalecimento às instituições tradicionais, quer sejam elas culturais e estéticas, quer sejam pelas estruturas jurídicas, educacionais e políticas, como prerrogativa para a construção identitária de uma nação.

Antes, porém, de analisar as concepções republicanas que o autor tem a nos dizer, é bom que se discuta o quadro biográfico do autor, para que se possa, com isenção e justiça, separar a vida pessoal de Rousseau com suas obras, conceitos e teorias do conhecimento. Em primeiro, era órfão de mãe, e seu pai o abandonara logo cedo, por uma confusão que tivera com um militar, e de certo modo isso influenciaria toda a sua obra literária.

A isto se deve uma vez que o eminente suíço passou a ter apreço pelo conceito de liberdade

– diferente da trabalhada por Sócrates, onde dialoga com a independência do sujeito de suas paixões para aderir à consciência crítica, e saber do lugar político e ideológico. Este conceito (a liberdade), ele trabalhou ao longo de sua vida e obra. Desde cedo, sua família também o ajudou a entender e compreender esse processo, como fora pela experiência que tivera com o seu pai, a saber:

Meu pai teve um conflito com um Sr. Gautier, capitão na França e aparentado no Conselho, esse Gautier, insolente e covarde, deitou sangue pelo nariz, e, para se vingar, acusou meu pai de ter pegado na espada dentro da cidade. Meu pai, que queria prender, obteve-se em reclamar que, de acordo com a lei, o acusador merecia tanto a prisão quanto ele; e não o conseguindo, preferiu sair de Genebra, expatriar-se para o resto da vida, a ceder em assunto em que a honra e a liberdade lhe pareciam comprometidas (ROUSSEAU, 2008, p.35).

O conceito república foi primeiramente trabalhado por Platão (séc. V a.C.), e significa a *coisa pública*, feito para todos e com participação das classes que a constituem. Para este eminente filósofo grego, a república passaria por um estado de evolução, até galgar aos espíritos mais profundos de um Estado livre e consciente de sua importância social e política, permeada pela própria consciência educacional, a saber: “Também nós, por um efeito do amor que a educação das nossas belas repúblicas fez nascer em nós por essa poesia, estaremos dispostos a ver manifestar-se a sua excelência e altíssima verdade.” (Platão, 2008, p.398).

Em Vilalba (2013), vemos que existe uma importância a ser considerada diante da ótica, da ordem e da lei republicanas, para que haja uma contemplação e libertação do sujeito neste projeto de Estado, e não de governos, mostrando, assim, uma cultura de um Estado Nacional sólido e eficaz. Deste modo, liberdade é um termo que em Rousseau, apesar de ser trabalhado, mostra apenas que a sua condição última passaria pela libertação, isto é, o processo, a travessia a um mundo completamente inovador e diferente. Vejamos como se segue:

A teoria de Rousseau encerra uma fase de pensamentos de filósofos de tendências variadas sobre a origem da sociedade. A partir da Revolução Francesa, a sociedade não é mais pensada como um produto exclusivo da vontade humana ou o resultado de um contrato social, mas como um processo histórico. O que interessa não é mais explicar o passado, onde está relegado o republicanismo, como anacrônico e escravocrata, então até pouco produtivo economicamente, mas preparar o futuro e o crescimento econômico. (2013, p.72-3).

O que Vilalba tenta defender, é simplesmente a historicidade francesa nesse processo de libertação que tanto alimentou a humanidade, desde conquistadores, intelectuais e poetas, às massas e instituições sociais e religiosas de grande representatividade, culminando com o apogeu econômico, dando estabilidade a governos, e força ao Estado. A obra, *O contrato social*, de Rousseau, é nas palavras de Vilalba, um ensaio fundamental para a história da filosofia.

3. Modelo de Escola Republicana e suas concepções pedagógicas

A escola, como uma das eminentes instituições que a filosofia rousseriana aborda², passa também pela capacidade que o autor aborda sobre sua legitimação em que estas fazem a república, não como uma em destaque em detrimento da outra, mas num conjunto harmonioso de suas funcionalidades, quer sejam de Estado, quer sejam por suas significações e importâncias no meio social. Então, qual o papel definido na escola a partir da Revolução Francesa? Quais os ideais que a farão perpassar por ambientes cada vez mais difíceis da sociedade, e a qual será dela exigida? Quais, pois, as ideias de Rousseau sobre a Escola? Ela resolverá os problemas que uma república terá de dar conta? São com estes questionamentos que o filósofo suíço abordará as concepções sobre esse modelo de escola.

No que compete à formação da criança nesse cenário filosófico tão confuso diante da história que em si carrega³, a escola passará a ser um canal importante para a formação do Estado Nacional francês, passando pela língua, cultura, moeda e mesmo por caracteres políticos, unificando o “*ser francês*”. E o Rousseau entendeu esse sistema político a tal ponto de tratá-lo em diversas obras suas. Para nos ajudar com a leitura, vejamos o que se segue:

[...] que não gozavam de uma imagem positiva, até porque a idéia de “infância” estava – antes de Rousseau- muito longe de nossa atual concepção de um ser carente de proteção e afeto maternal (sobretudo nas classes menos favorecidas), aparecem aqui como o futuro da realização republicana e que precisava ser preparado para o exercício da “cidadania” política (uma cidadania, claro, restrita ao sexo masculino). (BRAYNER, 2015, p.2).

Brayner quer nos comunicar que o referido autor francês irá trabalhar concepções pedagógicas de formação republicana, para que sirvam à sociedade como num todo, porém sexista, secular, e de preparação para o mercado de trabalho e consciência política.⁴ A própria Constituição Federal do Brasil de 1988, no Art. 3º, inciso IV, onde se falando sobre república, diz que ela deve “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (2017, p.11). A infância será permeada por esta espécie de laboratório para a unificação do Estado Nacional, na república, pela escola. A afetividade e todas as suas constituições psicológicas não é que sejam desprezadas, mas apenas não trabalhadas em decorrência da objetividade que a formação francesa passava a época.

Estas mesmas contribuições que Jean-Jacques Rousseau trará para a Era Moderna será

² O autor não trata da escola especificamente, mas de modo global, através da obra *Do Emilio* ou *Da Educação*, pelas aspirações que o sistema educacional pode contribuir a vida política e a *pólis* francesa.

³ A criança na história da filosofia nunca teve um papel de destaque, mas visto com olhares pesarosos., por exemplo, em Santo Agostinho dirá que a infância é a consequência do pecado original. Em Auguste Comte, dirá que a ciência e a razão são a faze adulta e madura da consciência crítica. E, para o próprio Rousseau, esta mesma criança deveria passar por um processo de purificação social, ficar longe de todos, se instruindo e aprendendo outros elementos da formação humana, e somente voltar a fase adulta para que a *pólis* tenha sucesso nas empreitadas educacionais e políticas.

⁴ Entender que isto se faz parte da cultura e contexto da época, não podendo atribuir ao autor, preconceitos que venham a destruir suas ideias. Cada autor escreve, também, por suas influências históricas do momento.

fabulosa, no tocante as estruturas cartesianas de se relacionar com a ciência. Entretanto, será inaugurado um problema político, que também será exigida da escola uma solução que ela não conseguirá resolver: atender as demandas das culturas historicamente invisibilizadas e minoritárias, como indígenas, negros, mulheres e estrangeiros.

Isto se passará também pelo currículo, ocasionando uma tensão étnica, política, pedagógica e social. A ideia do Estado Nacional, proposta pelos franceses e alemães (através do Romantismo⁵), não atenderá aos povos do Sul⁶. Rousseau também dedica uma importante explanação na sua obra *Do Emílio*, a saber:

Essa educação nos vem da natureza, ou dos homens ou das coisas. O desenvolvimento interno de nossas faculdades e de nossos órgãos é a educação da natureza; o uso que nos ensinam a fazer desse desenvolvimento é a educação dos homens; e o ganho de nossa própria experiência sobre os objetos que nos afetam é a educação das coisas. (ROUSSEAU, 1979, p.12).

Esta concepção rousseriana de que a educação traria um homem novo, através de suas aspirações históricas, empíricas e políticas, é a preocupação de toda a filosofia. Ele também dá margem para entendermos que elementos externos também podem construir pedagogias outras, que venham a contribuir e completar a formação cidadã. Educação, ainda, não se resume a currículos e conteúdos pré-estabelecidos, mas sim de formas e propostos existenciais e ontológicos que todos são condenados a enfrentar. Segundo Da Silva (2002), que faz um trabalho mais aguçado com a educação de Rousseau, diz que: “[...] a força da alma é a mais heroica das virtudes, porém mais que isso, em Rousseau, a força da alma é a fonte de todas as virtudes que compõem o heroísmo.” (p.67).

Para um melhor esclarecimento, vejamos como se segue em Oliveira (2013):

A relação entre o autor do *Emílio* [...] é, entretanto, do ponto de vista da história da pedagogia, mais tímida e discreta do que a relação entre ele e seus continuadores e críticos. Isso decorre do fato de que Rousseau, com seu tratado sobre educação, cria – ainda que inconscientemente – um tratado da pedagogia moderna; não, certamente, pela causa por que foi escrito, mas pelo efeito que produziu, como será mostrado adiante. (p.15).

Neste ínterim, Paiva (2007), nos diz que: “O homem total é a soma da dimensão natural e da dimensão civil ou ainda dos dois ideais rousseauianos numa só pessoa.” (p.327). Isto é, o autor discorre a respeito da unidade republicana que Rousseau carrega em si, pelas instituições republicanas, como é a escola, por exemplo.

Para mais, o papel da escola dentro de uma república, a partir dos conceitos trabalhados por Jean-Jacques Rousseau, e idealizado pela Revolução Francesa, é de unificar o Estado para que

⁵ Aqui não se conceba como um gênero literário, apenas, mas como um movimento cultural e ideológico considerável na Alemanha, e em grande parte da Europa.

⁶ Compreende-se *povos do Sul*, àqueles oriundos da América Latina, África, com suas culturas e etnias invisibilizadas ao longo da história.

se tente chegar a uma identidade nacional, quer seja pelos processos educativos, quer sejam pela própria cultura e tudo o que ela produz. Sem dúvidas, o fato de se propor uma unificação de algo tão complexo como um Estado, mostra claramente a ousadia e força que suas obras discorrem até os dias contemporâneos.

Assim, toda a comunidade escolar e, em extensão, todo o sistema educacional, seguirão centralizações de poder das quais formarão uma república, mas sempre passando pela escola como esse canal ideológico e dispositivo intelectual. As teorias rousserianas permanecem bem atuais, e sempre com uma relação dialógica que esta república nos propõe.

4. Conceito de República: sua origem e heranças pedagógicas

Dialogar com o tempo nos faz passar por caminhos ora íngremes, ora salutareis à história. Quando, por exemplo, se fala por república, é necessário que se deixe claro do seu papel inicial, nos berços grego e romano. Seu surgimento data por volta do séc. V a.C., e vem do latim *res publica*, isto é, a coisa pública, de e para todos. E vamos aqui dividir as raízes da historiografia sobre esta forma de governo e ideologia, em duas partes, a saber: a intelectualidade grega, e a formação institucional romana, do qual não será aqui trabalhada, pelo fato que em muito já encontramos na própria obra rousseriana no seu respeito e zelo institucional.

Os gregos carregavam em si uma profunda filosofia e estilo de viver em comunidade, onde para que alguém pudesse ser a referência para outra, era necessário estar sempre a frente, preparada, ou, ao que eles chamam mais forte: *cuidado de si*. Este conceito irá ultrapassar toda a historiografia, mas também será fortemente utilizada nos conceitos sociológicos e pedagógicos, para se definir a que tipo de povo e educação se quer ter, deseja e planeja. Para tanto, voltemos à clássica obra de Platão, *A República*, onde o eminente autor há de hierarquizar esta forma de governo num Estado, onde os trabalhadores são a base de uma pirâmide, da qual sempre irão perder, sustentando tropas militares e chefes de Estado, com sua força de trabalho (em dado momento, escravo), e taxativo de impostos.

Vejamos o que se segue sobre esta linha de pensamento, até então aqui abordados:

A importância do conceito *República* na prática política ocidental é exemplo dessa vitalidade, pois nenhum elemento simbólico pode subsistir apartado da realidade fenomênica. Um vocábulo, nessas condições, se tornaria letra morta, rapidamente. (MACHADO, 1995, p.8).

A república, embora surja conceitualmente dada na Grécia Antiga, com Platão, se fará uma força real, através do Iluminismo, onde nascerão sentimentos de liberdade e igualdade, semelhantes aos da Revolução Francesa. A Grécia é sem dúvida alguma este berço que irá acolher e desenvolver teórica e ideologicamente o conceito republicano no Estado.

Desta feita, esse próprio cuidado de si nos remete a posições que podem ser contrárias, porém não controversas, no sentido dialético que ela mesma traz. Isto é, ao passo que se deposita em alguém ou algo a esperança de dias melhores, sabendo-se que eventualmente possa vir a fracassar, é esperado que haja superação de uma das partes ou das duas para a edificação de um determinado povo ou Estado.

Dentro dos conceitos pedagógicos a qual aqui nos referimos, é bom que se saliente que, uma vez de todos e para todos, a república ousa em guardar estes princípios populares que a fizeram constituir num processo político. Deste modo, sair de um estágio inferior, de sua *menoridade*,⁷ é sair de sua condição acômoda, para outra em movimento.

Vejamos o que se segue:

Talvez resida aqui, nesta sugestão de *ingenuidade*, algo relativamente inusitado para nossa concepção de educação popular. E para avançar um pouco mais nesta discussão, teríamos que retomar, exatamente, aquele conceito-chave desta área, o de *crítica* e seu congêneres, o de *consciência crítica*, conceitos que, no interior de uma determinada tradição pedagógica muito cara à educação popular representam o desejável e decisivo contraponto a uma suposta *ingenuidade*. (BRAYNER, 2014, p.567).

As concepções pedagógicas da obra de Rousseau, mas sobretudo no legado que a própria república traz consigo, é de suma importância para o entendimento de movimentos de grande relevância histórica, como a Revolução Francesa, Iluminismo, e a expansão dos movimentos sociais, de que a educação será o eixo norteador das camadas populares às mais abastadas socialmente. Isto é, agora é pensada uma escola que tenham em si caráter e forma plural, que atenda às minorias invisibilizadas ao longo dos tempos, e que se firme ideologicamente no séc. XX como uma das principais lutas por igualdade de direitos e dignidade.

Não raras vezes, a escola acabará sendo um marco civilizatório da constituição de um povo, e de seus símbolos imateriais. Entretanto, modelos de escola serão adotadas, por primeiro na sua condição estética, de como ela se nos apresenta, às formas de preparação de novos sujeitos, com costumes e tradições podendo vir a ser reconfiguradas. Ou seja, se por um lado a escola representa a sociedade, por tudo aquilo a qual ela é a resposta, por outro temos uma escola que molda uma sociedade através das camadas mais básicas de sua instituição, como as crianças, mulheres, refugiados, escravos, e marginalizados⁸.

5. Considerações Finais

Este artigo teve a ousadia de trazer para o diálogo acadêmico, um dos maiores pensadores do século XVII, o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau. Ele é colocado no patamar de outros

⁷ Conceito presente na filosofia do prusso Immanuel Kant, na obra *O que é o Esclarecimento?* Significa amadurecimento, libertação, felicidade permanente.

⁸ Marginalizados não associados a vínculos criminais, mas como vítimas de um Estado opressor e torturador.

grandes pensadores da política da Era Moderna, junto com ninguém menos como Immanuel Kant e Norberto Bobbio.

A república será uma daquelas temáticas muito abordadas por ele, sobretudo no que compete as obras *Do Emílio* e *Do Contrato Social*, onde o autor elabora minuciosamente, a importância que cada instituição tem dentro da sociedade, sejam elas culturais, linguísticas, da ordem pública, privada, ou dos costumes e língua que constitui uma nação. Cada um destes elementos institucionais terão um papel direcionado com o progresso do Estado, e, em todos, passando pela escola.

Falar de escola no período atual, é um tanto desafiador, visto que ela tomou proporções que desfiguraram sua finalidade primeira: a de formar cidadãos críticos, conscientes de seu papel republicano, mas também sujeitos de sua própria história. Em tempos contemporâneos, entretanto, a educação tomou vias que nos levam a incertezas quanto a formação do sujeito, e do papel da Escola como uma instituição forte.

Por fim, este esboço pretendeu abordar as concepções pedagógicas que o pensamento Rousseauiano traz para o cenário atual. Que a república possa compreender que a relação que ela mantém com a sociedade, assim como a vontade de poder, conceito deste filósofo que é objeto de estudo nosso, dialoguem com os seus atores diretos na formação de cidadãos livres, libertadores e conscientes de si.

Agradecimentos

À Deus, pelo dom da vida e da história a qual me deu a honra de conceder e puder desfrutar diariamente.

À minha amada esposa, Lâmia Freire Mendes, que tem dado o seu apoio incondicional em minhas decisões, e acompanhado este meu lado enquanto pesquisador, trazendo leveza a mim, facilitando em uma mais qualitativa produção acadêmica e científica.

À Prefeitura Municipal de Rio Largo, e a Secretaria Municipal de Educação, por sempre acreditarem em meu trabalho e esforço, na condição de Gestor Escolar da EMEB Teresa Cristina Lins de Souza Costa, a fim de proporcionar uma alfabetização, já na formação dos gestores escolares e demais profissionais da Educação.

Aos meus pais, o Sr. Genival Mendes e a Prof^a. Maria José, pelo incentivo aos estudos, artes e cultura, e pelo amor que em mim depositam desde meus primeiros instantes de convívio.

Aos meus irmãos Karina, Fábio e Thiago, por me darem consistência na caminhada acadêmica e fraternal.

Aos professores e tutores que por mim passaram, e que tive a honra de partilhar com eles os saberes pedagógicos.

A Universidade de Pernambuco por manter este curso tão ímpar à sociedade, e por sua

visão institucional ampla, a qual me deu condições de me graduar em uma licenciatura.

Aos ex-presidentes da República Lula e Dilma, por interiorizarem as universidades, atendendo a demandas históricas que foram invisibilizadas.

À Filosofia e seus grandes filósofos, por me ajudarem na compreensão de mundo, consciência e criticidade.

Aos poetas inconformados, escritores e compositores que resistindo às incompreensões e indiferenças, de algum modo usaram o meu coração, lábios e mãos para se expressarem neste tão confuso momento que atravessamos, grato por me influenciarem.

Aos pobres, camponeses, mulheres, negros e marginalizados, que lutam por seus direitos e deveres, afim de uma sociedade fraterna, justa e de igual condições.

Aos meus alunos e ex-alunos, pois foram e são importantes em minha jornada acadêmica e docente.

A todos os professores sem título, sem escolas, como trabalhadores, crianças e idosos, e que muito me ensinam ou ensinaram, muito obrigado!

Ao meu ex-professor e dileto amigo, Flávio Brayner, Emérito da UFPE e Visitante da UFRPE, por acreditar em Educação Popular e Republicana que seja acessível, de forma plural, diversa e que atenda a todos, sem distinção.

E a todos os que lutam cotidianamente por uma república que de fato seja para todos, sem distinção racial, econômica, de gênero, credo e social, para que não percam a esperança por dias melhores que de certo virão.

À Revista Revena, por proporcionar que estas publicações possam ter respaldo social e intelectual, estreitando a pesquisa àqueles que mais precisam.

As flores hão de desabrochar, e quando isso acontecer, aos meus que aqui agradei, que recebam os buquês perfumados por um mundo melhor.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRAYNER, F.H.A. **Educação Popular e “Competência” Republicana**. Anped: Rio de Janeiro, 2015.

BRAYNER, F.H.A. **O Clichê: notas para uma derrota do pensamento. Por uma consciência ingênua**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 557-572, abr./jun. 2014.

DA SILVA, F.A. **O republicanismo de Jean-Jacques Rousseau: um ideário político e moral**. Dissertação. UFPR: Curitiba, 2013.

MACHADO, H.G. Cadernos de História. In: **De res publica e de república: o significado histórico de um conceito**. v.1. n.1. Belo Horizonte: 1995.

OLIVEIRA, F.B. **O Emílio de Rousseau: uma obra de Pedagogia?** *Filosofia e Educação*. Vol.4. n.2. mar. 2013.

PAIVA, W.A. **A formação do homem no Emílio de Rousseau**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.33, n.2, p. 323-333, maio/ago. 2007.

PLATÃO. **A República**. Paulus: São Paulo, 2008.

ROUSSEAU, J.J. **Do Emílio**. 3.ed. DIFEL: São Paulo, 1979.

ROUSSEAU, J.J. **Confissões**. Paz e Terra: São Paulo, 2008.

ROUSSEAU, J.J. **Do Contrato Social**. DIFEL: São Paulo, 2002.

VILALBA, H.G. **O contrato social de Jean-Jacques Rousseau: uma análise para além dos conceitos**. Revista Marília. Vol. 6, nº 2, 2013.